

# Dupla decepção

*economia - Brasil*

O presidente dos pobres fez sua opção preferencial pelos juros e tem pouco mais de três semanas – até as eleições de 4 de outubro – para abafar ou resolver uma crise política localizada na área social do governo. Reduzido a números, o problema é da ordem de R\$ 1,754 bilhão e equivale a um corte de 7% nas atividades e de 20% nos projetos do ano de 1998 para o Ministério da Saúde. Na vida real, o corte imposto pelo novo pacote fiscal representa o fim da capacidade do ministério para novos investimentos no combate à dengue e ao câncer de útero, na assistência à maternidade, no controle de sangue e em outras ações sem convertibilidade na bolsa. O que foi gasto nesses programas até semana passada terá de sustentá-los até o fim do ano.

Numa situação normal, o ministro José Serra teria pedido o boné. Se ficou no posto e evitou jogar mais lenha na fogueira, foi menos pela lealdade que deve ao presidente e correligionário Fernando Henrique Cardoso e mais por um ponderado cálculo do impacto de uma crise nova no meio do vendaval das bolsas e às vésperas da eleição. Serra fica, noblesse oblige. Com ele fica também a pergunta: quantos milhões de dólares voláteis voltarão ao

País para cada agente de saúde demitido do programa de combate à dengue?

Serra voltou ao governo – no qual dedicava-se a divergir pública e privadamente do Ministério da Fazenda e do Banco Central – com a promessa de ter uma fonte permanente de recursos, não necessariamente a CPMF. Até 30 de agosto, seu ministério tinha conseguido gastar R\$ 10,3 bilhões, o que não é pouco, mas também não é pequena a quantidade de desnutridos, desdentados e desassistidos no País. O retorno de Serra teve um componente missionário e, embora os políticos adorem receber missões difíceis, mas de grande visibilidade, a dele era das mais

espinhosas: reverter um quadro de tragédia social. Na acertada percepção do cidadão comum, captada pelas pesquisas, a saúde era (para muitos ainda é) o setor mais abandonado da administração pública, aquele em que é maior a carência de Estado.

Alguma coisa vinha sendo feita e os números do Brasil no Índice de Desenvolvimento Humano da ONU, divulgados ontem, merecem comemoração. Com dinheiro e poder, Serra conseguiu melhorar o desempenho do Ministério da Saúde, não apenas de fato, mas também aos olhos da Nação, o que para alguns é mais importante que a saúde do brasileiro pobre. Anteontem, o ministro foi surpreendido por um pacote que não lhe tira apenas dinheiro, mas também a perspectiva de ser o dínamo social de um governo sustentado

pela estabilidade monetária, agora sustentada por juros altos e a promessa de gastos parcos.

Se havia a expectativa de mudança de rumos num eventual segundo governo Fernando Henrique, o pacote fiscal não apenas congela ilusões como aponta para uma radicalização do modelo representado pela equipe econômica, do qual Serra é crítico compulsoriamente calado.

É difícil dizer o que mais incomoda o ministro nesse momento: sa-

ber que está perdendo quase R\$ 2 bilhões em seu Orçamento ou a certeza de que isso é “peanuts” – para usar o jargão dos economistas – diante das reais necessidades de financiamento do déficit, situação agravada pela fragilidade das contas externas – e aqui falamos da principal área de atrito entre o ex-ministro do Planejamento e seus colegas da Fazenda e do Banco Central.

Os técnicos da Saúde faziam cálculos ontem à noite e devem descarregar o corte sobre os hospitais conveniados, que recebem cerca de R\$ 800 milhões por mês. Os hospitais talvez possam esperar, mas um dia vão cobrar a conta. Serra, e os brasileiros sem saúde, também.



■ Ricardo Amaral é jornalista

**Em uma situação normal, o ministro José Serra teria pedido o boné**